



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DA VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS DO SERTÃO DA RESSACA

Jorge Augusto Alves da Silva*
(UESB)

Valéria Viana Sousa**
(UESB)

RESUMO

O estudo trata da discussão sobre o português popular do Brasil comparando-o, mormente, às variedades crioulizadas do português em África, passando a discutir a visão que os primeiros dialetólogos tiveram do fenômeno da variação da concordância verbal no português brasileiro. O texto aponta para situações semelhantes ao vernáculo dos utentes do português popular do Sertão da Ressaca, mais precisamente de Vitória da Conquista.

PALAVRAS-CHAVE: Concordância verbal. Português Popular. Sertão da Ressaca.

INTRODUÇÃO

Discutimos em nosso trabalho as estratégias usadas por crioulos de base portuguesa para fazer a distinção singular-plural, destacando o fato de ser a redução na morfologia flexional de número e pessoa uma das características dos crioulos típicos. Com isso, constatamos que a origem do português popular do Brasil está ligada a um tipo de transmissão lingüística irregular que proporcionou a

*Doutor em Letras (Linguística Histórica) pela UFBA. Professor titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL)/UESB. Líder do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq. E-mail: adavgvstvm@gmail.com.

**Doutora em Letras pela UFPB. Professora adjunta do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL)/UESB. Líder do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq. E-mail: valerivianasousa@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

redução da flexão de número e pessoa. A redução, como nos crioulos típicos, não foi resultado de um lento processo, mas teve uma velocidade e intensidade comum às situações crioulistas. Assim demonstramos que a origem do português popular do Brasil só pode ser explicada com base na teoria da transmissão lingüística irregular.

Por outro lado, expusemos uma visão dialetológica pautada em uma visão eurocêntrica que busca, realmente, ver na analogia e nas tendências do latim as explicações para a variação na concordância verbal no português popular. Contudo, a visão dos dialetólogos aponta para situações em que o contato entre falantes de línguas diferentes é a única explicação para compreender não só a constituição histórica como o estado atual do português popular do Brasil.

Segundo Hildo Couto (1996, p. 256), há 12 crioulos de base portuguesa. No âmbito desse trabalho trataremos da concordância verbal nos crioulos portugueses da costa ocidental da África, a saber: o crioulo de cabo-verdiano, o crioulo da Guiné-Bissau e o crioulo são-tomense.

O arquipélago de Cabo Verde é formado por dois conjuntos de ilhas: as de Barlavento e as de Sotavento. Dos habitantes de Cabo Verde, 28% são de origem africana, 1% é de origem europeia e 71% são de mestiços, conforme Couto (1996, p.73). A variedade do crioulo falado nas ilhas de Barlavento é o que mais se aproxima estruturalmente do português.

Maria Dulce de Almeida Almada (1961, p. 107), ao analisar a morfologia verbal do crioulo de Cabo Verde, afirma que os verbos em sua generalidade foram reduzidos à forma do infinitivo que sofreu apócope do -r. A autora vê que tais características estendem-se a outros dialetos portugueses de Ceilão, Damão, Ano Bom e ilha do Príncipe, acrescentando que a segunda característica (apócope do -r) pode ser vista, também, no português do Brasil e na ilha de São Miguel.

Segundo Almada, "Com a redução dos tempos ao infinitivo, os verbos crioulos deixaram de ter uma característica própria que os distinguisse, e, por essa



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

razão se tornou necessário e indispensável o uso dos pronomes pessoais” (ALMADA,1961, p. 108). Almada cita como argumento de autoridade as palavras de Botelho da Costa e Custódio Duarte que afirmam que os verbos crioulos “não sofrem todavia no conjugar-se mudança sistemática de terminação, considerando-se geralmente invariáveis em ambos os números e em todas as pessoas.”(COSTA; DUARTE apud ALMADA, 1961,p. 108).

A identificação do sujeito faz-se através da indicação do pronome que se coloca antes do verbo, como ilustra o exemplo abaixo:

Es kaska mandioka, es pika karni.
[Eles descascam a mandioca, eles picam a carne] (COUTO, 1996, p. 264)

Ao descrever o dialeto português de Malaca, António da Silva Rêgo (1998, p. 66-8) atesta não só a erosão dos morfemas número-pessoais, mas também dos modo-temporais, como mostram os exemplos abaixo:

Ele já tocá pegá. (Ele foi preso)
Bôs logo tocá dáli. (Serás castigado)
Ele já tocá fazê. (Foi enfeitado) (RÊGO, 1998, p.68)

A falta de flexão número-pessoal pode ser vista em outro trecho como esse extraído do crioulo de base portuguesa da Guiné, citado por Hildo Honório do Couto:

Anana no ta bai piska. (Amanhã nós vamos pescar)
Lebri korda sedu i bai korda lubu. (A lebre acorda cedo e vai acordar o lobo) (COUTO, 1996, p. 268).

Observemos que a forma “bai” tanto expressa P4 como P3.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Para falar dos crioulos indo-portugueses, vamos nos servir dos estudos realizados por Sebastião Rodolfo Dalgado (monsieur Dalgado), reeditados em 1998, pela coleção Cadernos – Ásia.

A língua vernácula de Goa, segundo Dalgado (1998[1900], p.39), é o concani, língua vernáculo e materna, contrapondo-se ao português, no seu tempo, aprendido na escola e por livros.

Em aspectos fonéticos e lexicais, o português de Goa aproxima-se do português do Brasil. Além disso, o autor afirma que o uso de *lhe* acusativo possui correspondência no português do Brasil.

Em relação à concordância verbal e ao emprego de formas verbais, o português de Goa aproxima-se do português popular lusitano, como no emprego de *truxe* e *sube*, ou dos menos escolarizados quando praticam a hipercorreção no caso da pluralização do verbo haver em “hão homens” e “havam seis meses”.

O uso de *truxe* e *sube* aparecem no Brasil tanto no português rural, embora seja muito estigmatizado no meio urbano, e na linguagem infantil, tendendo a desaparecer no meio urbano por força da normatização ou da pressão social que as estigmatiza.

Dalgado descreve o crioulo de Damão como uma língua que não possui flexão verbal de número e pessoa; no entanto, não há a exigência de que o sujeito seja claro, quando for facilmente recuperado pelo contexto, como podemos notar no excerto citado pelo autor: “o rapaz fazeu um laç e butô naquêl argól de tamp, parqui num podí com fom’, par inforcá; e butô um tambrê e butô um laç no pescôç e já deu salt par murrê inforcad.” (DALGADO, 1998 [1900], p. 84).

Como já vimos há crioulos de base portuguesa em que houve o desaparecimento da morfologia verbal de número e pessoa, mas o pronome fez-se necessário não admitindo a anáfora. Devemos observar, ainda, que apócope do <r> final do infinitivo, deixa os verbos de Damão semelhantes ao do português do Brasil: “e bom nós comè e bebè e ficá alegr.”(DALGADO, 1998 [1900], p. 89)



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O “dialecto indo-português do Norte”, no tempo do autor, abrangia grande área, abrangendo Bombaim, Mahim, Bandorá, Baçaim, Curla, Taná, Andheri, Morol, Govai, Manori, Malvan, Versová e Chaul, espaços de terra onde os colonizados adotaram a língua e a religião dos dominadores, isto é, tornando-se cristãos e falando português. Nesse dialeto, a falta de flexões pessoais do verbo requer que o sujeito seja sempre expresso, como no exemplo seguinte: “Porqui eu had ficá sentid? Eu tem fort na mim corp e ric na mi algiber, eu num tem de fazé caz de algum cóz.” (DALGADO, 1998 [1900], p. 116)

Geralmente, não se admite a posposição do sujeito, a não com licença poética. Os traços apontados no dialeto indo-europeu do Norte apontam para a erosão da flexão de número e pessoa do verbo e a utilização do pronome sujeito como estratégia para se distinguirem as pessoas do discurso, especialmente em narrativas, em que se precisa ter um referencial para o progresso do texto.

Como podemos ver em todos os crioulos de base portuguesa a flexão de número e pessoa foi drasticamente reduzida, obrigado a utilização do pronome para se indicar a pessoa do discurso. Tal fenômeno pode ser considerado com um dos mais características das línguas crioulas de base portuguesa e não possui correspondência na história do português. A mudança que se operou no latim para o português deu-se com transformação da flexão em outra e não na perda da flexão no nível que se deu nas línguas crioulas.

Alguns dos problemas tratados hoje pela sociolingüística já foram analisados pela dialetologia. A dialetologia volta-se, mais exclusivamente, para o tratamento de questões que envolvem os falares, levando em conta a diversidade regional ou diatópica. Os primeiros pioneiros em tais estudos no Brasil empenharam-se em descrever os falares de regiões, apontando as características dos dialetos brasileiros.

Em 1920, Amadeu Amaral traz à lume o livro *O dialecto caipira*, descrevendo um dos dialetos do estado de São Paulo. Amaral descreve o dialeto caipira paulista



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

como um fato inelutável que chegou até a ser usado até pela minoria “inculta”. Tal dialeto, contudo, não pode “evoluir” já que ocorreram situações que lhe cortaram o fio. A instrução e a educação seriam os elementos que combateriam “com êxito” o caipirismo.

Amaral divide seu estudo em Fonética, Lexicologia, Morfologia, Sintaxe e Vocabulário. A maior parte do estudo reduz-se a um inventário de termos classificados pelo autor como peculiares à fala caipira.

O autor afirma que o plural da primeira pessoa verbal perde o -s, pois se encontram no dialeto caipira formas como “bamo”, “fomo” e “fazêmo” (AMARAL, 1972 [1920], p.72). Em relação à terceira pessoa, nota o autor que “O plural da 3.^a pessoa modifica-se: quérim,quirium, quizérum,quêirum, andum, andávum, andárum, ándim” (AMARAL, 1972 [1920], p. 72). Além disso, Amaral aponta que não há distinção, em muitos casos, entre a 1.^a do plural e a 3.^a do singular: nós ia, nós fosse, nós andava, por exemplo, ilustram tal fato.

Como podemos ver a redução ou simplificação da morfologia verbal no dialeto Caipira descrito por Amaral assemelha-se ao que hoje é usado pelos falantes de comunidades rurais como as que analisamos nesse estudo. Celso Cunha (1976,) observa que dialeto caipira descrito por Amaral teria sua extinção determinada por fatores externos à língua, destacando a urbanização e a força normativizadora da escola:

Com o crescimento vertiginoso da cidade de São Paulo, a força irradiadora de sua norma lingüística, a exercer-se através da escola e dos poderosos meios modernos de comunicação, haveria de praticamente extinguir o característico falar (refere-se ao dialeto caipira), hoje tornado curiosidade de artistas folclóricos. (CUNHA, 1976, p. 90)

Concordamos com Celso Cunha em relação ao desaparecimento paulatino de marcas peculiares em comunidades afro-brasileiras isoladas, pois a urbanização do meio rural, a necessidade imperiosa de engajar-se ao meio urbano, tem



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

introduzido novas formas prestigiadas de fala, forçando a mudança de comportamento lingüístico.

Em 1922, o eminente filólogo Antenor Nascentes publica *O linguajar carioca* trazendo observações semelhantes às de Amaral (1920). Ao descrever o dialeto da cidade do Rio de Janeiro, observa Nascentes que:

Nas línguas que se expandem dá-se uma simplificação morfológica, assim como se dá outra fonética.

As desinências de número desaparecem, sendo substituídas por outros morfemas, as formas verbais se igualam, fazendo os pronomes pessoais os papéis de morfemas, desaparecem pronomes, preposições, advérbios, conjunções. (NASCENTES, 1953, p.91 apud VIEIRA, 1995, p.25)

Para Nascentes, os pronomes serviriam, então, para indicar o número e pessoa. Tal processo assim descrito assemelha-se ao que ocorre no crioulo de base portuguesa de Cabo Verde e ao indo-português do Norte (cf. DALGADO, 1998 [1906], p.116)

Para Nascentes, a redução da flexão verbal tem origem na simplificação da morfologia nominal feita pelo povo. O autor questiona se a concordância é necessária à vida da língua e, baseando-se em autores consagrados, conclui que ela não é necessária à expressão gramatical de número. Em síntese, Nascentes considera o nosso sistema flexional um fato redundante que não escapou à forma simplificadora do povo. Nascentes mostra uma concepção evolucionista da língua, demonstrando que a língua tende à simplificação, expurgando aquilo que não for necessário à comunicação.

Em 1938, José Aparecida Teixeira apresenta um estudo sobre a língua portuguesa em Minas Gerais. Para Teixeira, a falta de concordância é um resultado da analogia que nivelou as formas do singular com as do plural.

Como Nascentes, Teixeira crê que os pronomes são usados a fim de distinguirem as pessoas do discurso. O autor acrescenta em sua análise um



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

ingrediente sociolinguístico ao apontar a ausência de concordância como um traço peculiar da linguagem das pessoas “incultas”, contrapondo-se às “semicultas” que empregariam regularmente a concordância.

Além disso, Teixeira observa que a variação na concordância (a tendência à ausência de concordância) não seria um traço apenas restrito ao falar mineiro, mas poderia ser encontrado em todo o Brasil. Observemos que para Teixeira a ausência de concordância verbal é o fato mais comum do dialeto mineiro.

Rosa Maria Assis Veado (1982) ocupou-se, anos mais tarde, do dialeto rural mineiro, mais especificamente três distritos da cidade de Januária (Brejo do Amparo, Riacho da Cruz e Pedras de Maria da Cruz). Após a análise do *corpus*, Veado conclui que “não há, pois, oposição entre as formas do singular e formas do plural.”(VEADO, 1982, p. 39). A autora propõe para o dialeto rural mineiro que analisa um sistema flexiona baseado em dois elementos o que inclui a pessoa do falante (P1) e outro que exclui a pessoa do falante (P2) . Veado apresenta um quadro de variação dessa regra que poderia supor ser categórica, ao afirmar que “foram registrados casos esporádicos nos quais o informante sai dos sistemas flexionais descritos para o dialeto rural e segue o paradigma das quatro pessoas conforme registrado no português coloquial por PONTES (1972)”. Veado observa que formas de P3 (pessoa do falante incluída, mais de uma pessoa) e P4 (pessoa do falante excluída, mais de uma pessoa) só foram encontradas no pretérito perfeito do indicativo. Em nota de final de capítulo, a autora cita um trabalho de Lemle e Naro que atribui tal ocorrência ao princípio de saliência fônica.

Veado apresenta, assim, um quadro de variação, demonstrando, contudo, que a tendência é para o paradigma formado por apenas duas formas verbais distintas, o eu e o não-eu, como costuma ocorrer nas comunidades rurais.

Posteriormente, ao tratar do dialeto de Goiás, Teixeira (1944) dá o mesmo destaque à falta de concordância, apontando-o como fato geral na língua de goiana. Para ele, os falantes brasileiros puseram em prática a tendência de redução das



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

flexões das línguas indo-européias, mas conjuga tal explicação de ordem filológica com uma de ordem histórico-social, destacando que a presença de índios e negros propiciou condições favoráveis para que no Brasil essa tendência fosse implementada. Além disso, o Teixeira traz à baila uma questão de ordem pedagógico-social, afirmando que a ausência de ação disciplinadora da escola permitiu que a influência das línguas indígenas e africanas se generalizasse e uniformizasse as pessoas verbais (cf TEIXEIRA, 1944, p.102-3).

Gladstone Chaves de Mello (1946) irá concordar com Teixeira, pois afirma que “O resultado da ação da língua tupi e das línguas africanas, principalmente destas últimas, sobre o português foi a simplificação das flexões verbais e nominais (número) que se nota na linguagem popular brasileira.” (MELLO, 1946, p.98).

Em 1945, Mário Marroquim publica o livro *A língua do Nordeste*, um compêndio que procura descrever a língua popular de Alagoas e Pernambuco. Nas palavras de Gilberto Freyre que assina o prefácio do livro, Marroquim “procura estudar da língua portuguesa no Brasil aspectos de desenvolvimento e de expressão que são problemas sociológicos e psicológicos e não apenas questões acadêmicas ou técnicas de gramática” (FREYRE, 1945 apud MARROQUIM, 1945, p. 6). Descrevendo o sistema verbal do português de Alagoas e Pernambuco, Marroquim afirma que:

A analogia exerceu uma profunda ação niveladora na conjugação matuta. O dialeto que como temos visto, vem reduzindo e simplificando a linguagem, colocando sua gramática no nível das suas elementares necessidades de expressão, teria que modificar de maneira notável o quadro das flexões verbais. A simplificação atingiu a pessoas e tempos, mas sobretudo a pessoas, ficando reservado quasi que só aos pronomes o papel de as determinar. (MARROQUIM, 1945, p.123)



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O autor apresenta vários quadros de conjugação dos verbos *louvar*, *dever* e *partir* em que morfologicamente só há diferença entre a primeira pessoa e as demais. O autor que, certamente, leu Nascentes, pois a ele faz referências várias vezes em seu livro, também, defende a idéia de que a concordância é uma redundância suprimida pela língua popular. A analogia exerceu grande influência nas idéias de nossos primeiros dialetólogos.

Se compararmos o quadro de variação do dialeto rural mineiro descrito por Veado (1982) com o descrito por Marroquim vamos encontrar similaridade para o caso do paradigma que inclui o eu e o não-eu, para o paradigma que inclui o eu, o não-eu e a terceira do plural, mas vamos encontrar diferença quanto às segundas pessoas, ainda, vivas no dialeto “nordestino”.

O raciocínio dos dialetólogos aponta para a analogia como a força motora da redução da flexão verbal.

A falta de concordância nos nomes teria motivado a redução na concordância dos verbos e a redução na concordância nos nomes deveu-se ao caráter simplificador em relação à redundância da flexão portuguesa. Todas as explicações são, portanto, lingüísticas, estão dentro das tendências da língua, são internas ao sistema. No entanto, para justificar o desaparecimento do dialeto caipira e da generalização de usos populares, os autores estudados recorrem a explicações extra-lingüísticas como o fizeram Amaral (1920) e Teixeira (1944). Uma força interna seria responsável pelo fenômeno lingüístico (a simplificação do sistema verbal) que caracteriza os dialetos populares, mas uma força externa (a escolarização e os meios de comunicação) seria responsável pela expansão ou pela retração do dialeto.

Na Língua do Negro da Costa, Sônia Queiroz (1998) observa que no *corpus* por ela examinado, a estrutura da língua se confunde com a variedade descrita por Amadeu Amaral em O Dialeto Caipira. A autora conclui que, citando Serafim da Silva Neto, trata-se de um fenômeno quase geral em todo o Brasil. Assim, ou se



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

admite que a analogia desempenhou tal papel de importância na constituição do português popular brasileiro ou devemos atribuir aos fatos sócio-históricos da constituição de nossa sociedade os méritos por ter desenvolvido tal unidade inquestionável na flexão verbal.

CONCLUSÕES

Podemos reconhecer no Brasil a existência de duas realidades linguísticas bipolarizadas: de um lado a norma culta e de outro a norma vernácula ou popular. Escrever a história do português do Brasil exige que busquemos retratar essas duas realidades, procurando-lhes a origem e o percurso de sua formação.

Creemos que o português popular do Brasil tem sua origem ligada ao contingente de negros africanos e seus descendentes que adquiriram o português de forma defectiva, produzindo uma variedade da língua portuguesa marcada pela redução na morfologia flexional do verbo. A redução obrigou os falantes a lançarem mão de estratégias para a marcação da ideia de plural. Por influxo da urbanização, da socialização e dos meios de comunicação, verificamos uma tendência à mudança em direção à aquisição das marcas de flexão de número e pessoa. Essa tendência é mais acentuada nas comunidades rurais afro-brasileiras expostas ao contato com populações utentes da norma culta.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Maria Dulce de Oliveira. *Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialeto falado no seu arquipélago*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

AMARAL, Amadeu *O dialeto caipira: gramática – vocabulário*. São Paulo: HUCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1972[1920].

CHAVES DE MELO, Gladstone. *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

COUTO, Hildo Honório. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

COUTO, Hildo. *Anticrioulo: manifestação lingüística de resistência cultural*. Brasília: Thesaurus, 2002.

DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Estudos sobre os crioulos indo-europeus*. Lisboa: Comissão para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998.

MARROQUIM, Mario. *A Língua do Nordeste – Alagoas e Pernambuco*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953[1922].

QUEIROZ, Sônia (1998). *Pé preto no barro branco: a língua dos negros de Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Renascença, 1993.

RÊGO, António da Silva. *Dialecto Português de Malaca e outros escritos*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1998. (Coleção Cadernos: Ásia, série Língua Crioulas)